

**“NOVAS”
CONFIGURAÇÕES
FAMILIARES NA
CONTEMPORANEIDADE:
UMA (RE) LEITURA DE
MEUS DOIS PAIS, DE
WALCYR CARRASCO (2010)**

"NEW" FAMILY CONFIGURATIONS IN
CONTEMPORANEITY: A (RE) READING
OF MY TWO COUNTRIES, BY WALCYR
CARRASCO (2010)

"NUEVAS" CONFIGURACIONES
FAMILIARES EN LA
CONTEMPORANEIDAD: UNA (RE)
LECTURA DE MIS DOS PADRES, DE
WALCYR CARRASCO (2010)

Rubenilson Pereira de Araujo^{1, 2}

RESUMO

O presente artigo versa sobre as configurações familiares na contemporaneidade, sobretudo no que toca na possível transição entre heterossexualidade e homoafetividade em relação às orientações sexuais. O aporte teórico se centra nos estudos de gênero e se volta para os estudos literários com análise de um corpus na obra de literatura brasileira infantil, de Walcyr Carrasco denominada *Meus dois pais* (2010). A representação estética demonstra que a criança apta a compreender a diversidade sexual no tocante às

¹ Doutor em Letras: Ensino de Língua e Literatura pelo PPGL/UFT. Mestre no mesmo curso/programa e integralizou os créditos do mestrado à distância em Tecnologias Digitais e Sociedade do Conhecimento pela UNED-Espanha. Docente do Programa de Pós Graduação em Letras/Porto Nacional. E-mail: rubenilsonaraujo@uft.edu.br.

² Endereço de contato do autor (por correio): Universidade Federal do Tocantins. Campus de Porto Nacional. Programa de Pós Graduação em Letras. Rua 03, Quadra 17, Lote 11, s/nº, Setor Jardim dos Ipês, CEP: 77500-000, Porto Nacional/TO, Brasil.

(homo)conjugalidades, desde que o diálogo empreendido no processo de mediação da educação infantil.

PALAVRAS-CHAVE: (homo)conjugalidades. Literatura Infantil. (des)construção.

ABSTRACT

The present article deals with the familiar configurations in the contemporaneity, especially regarding the possible transition between heterosexuality and homoafetividade in relation to the sexual orientations. The theoretical contribution focuses on the studies of gender and turns to the literary studies with analysis of a corpus in the work of children's Brazilian literature, by Walcyr Carrasco called My two parents (2010). The aesthetic representation demonstrates that the child is apt to understand sexual diversity in relation to (homo) conjugalities, provided the dialogue undertaken in the process of mediation of early childhood education.

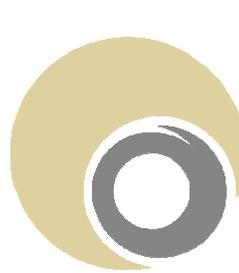
KEYWORDS: (homo) conjugalities. Children's literature. deconstruction.

RESUMEN

El presente artículo versa sobre las configuraciones familiares en la contemporaneidad, sobre todo en lo que toca en la posible transición entre heterosexuality and homoafetividade in relación a las orientaciones sexuales. El aporte teórico se centra en los estudios de género y se vuelve a los estudios literarios con análisis de un corpus en la obra de literatura brasileña infantil, de Walcyr Carrasco denominada Mis dos padres (2010). La representación estética demuestra que el niño apta a comprender la diversidad sexual en lo que se refiere a las (homo) conyugalidades, siempre que el diálogo empreendido en el proceso de mediación de la educación infantil.

PALABRAS CLAVE: (homo) conyugalidades. Literatura infantil. Desconstrucción.

Recebido em: 29.10.2017. Aceito em: 16.02.2017. Publicado em: 29.06.2018.



revista
Observatório

ISSN nº 2447-4266

Vol. 4, n. 4, Jul-Set. 2018

DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n4p833>

Sempre fui uma árvore indisciplinada que se recusa a 'encaixar-se' nos moldes socioculturais pré-estabelecidos, posso até não produzir frutos (procriação), mas disponibilizo sombra e contribuo com a purificação do ar que respiramos, sem mencionar ainda o destino incerto dos galhos que ofertam madeira para lenhas das fogueiras ou construção de um móvel útil e suas folhas que podem adubar outros terrenos e até nutrir outros seres!
Sou fruto de um adultério e fui criado apenas por uma mãe solteira, mas fui estruturado no amor e sei verdadeiramente amar! (Rubenilson Araujo)

Nas pautas contemporâneas, sobretudo mediante ao avanço das ideias libertárias que se disseminaram a partir da década de 1960, com o objetivo de valer o ideal de uma sociedade livre e democrática, muitas questões no tocante à estruturação familiar são contempladas nos debates públicos. Nesses debates, na maioria das vezes, prevalece o senso comum, sobretudo fundamentado em discursos de uma base moral religiosa ou essencialista-biológica, em que o machismo e o heterossexismo são intrinsecamente relacionados às definições tradicionais de casamento, constituição familiar e união estável.

Segundo Maria José Caparrós "a família é um grupo social primário, com funções precisas intra e extra família na sociedade com uma importância fundamental no processo de mudança e desenvolvimento de uma comunidade" (Caparrós, 1998, p. 97). Dito isto, podemos notar o caráter histórico e socioculturalmente construído do termo "família", o qual atende as concepções de cada sociedade, historicamente datada e situada. Na verdade, as famílias foram se transformando ao longo do tempo, por liberdade, vontade e até pela imposição da fatalidade, quando um ou mais dos seus membros morrem e aquela família se reorganiza com base no amor entre os partícipes de um lar.

A união familiar sofre mudanças de constituição no decorrer da história e a forma moral como a concebemos atualmente pode ser considerada algo novo. Antes, em muitas culturas, as uniões ocorriam mediante a isogamia (com fins de preservação do grupo social, econômico ou religioso), endogamia (visando preservação da raça ou laços parentescos) ou poliandria, poligamia e seus correlatos (casamento com fins coletivos, agregando vários parceiros sexuais).

Nesse sentido, podemos afirmar que a família é uma instituição gendrada, ou seja, movida e estruturada em torno das relações sociais de gênero e este, “em qualquer configuração legitimada, é aprendido” (...) as relações de gênero são relações de poder em que o princípio masculino é tomado como parâmetro universal” (CARVALHO, 2014, p. 157). Em geral, na prática sociocultural ocidental, havia um poder de tutela do sexo masculino sobre o feminino, em que a mulher era mera mercadoria, repassada do pai para o marido, via um contrato de compra e venda, em que os pais vendiam as filhas aos senhores ricos para estas dar-lhes filhos varões a fim de perpetuar a espécie, na concepção do sexo apenas com fins de reprodução da espécie e não como fonte de prazer erótico.

Dias (2007) afirma que o casamento civil surgiu somente em 1891, caracterizado como um ato indissolúvel e considerado uma instituição social. Devido a uma compreensão histórica, é importante perceber que as relações conjugais sofrem mudanças ao longo dos séculos. O casamento é uma instituição influenciada pelas alterações políticas, socioeconômicas e históricas, em determinado tempo e espaço geográfico.

O casamento religioso público foi institucionalizado pela Igreja Católica como um de seus sacramentos invioláveis e para toda a vida a partir do

século XII. A partir de então, restava apenas duas opções ao cristão: render-se ao casamento pelos laços matrimoniais abençoados pela figura do sacerdote com uma pessoa do sexo oposto ou dedicar-se ao sacerdócio, o que significava “casar-se” com a Igreja (ÁRIES & DUBY, 2009).

Desta forma, mediante o posicionamento da Igreja em assumir o controle do casamento, esta instituição religiosa passou a controlar ainda mais a sociedade, responsabilizando-se pela união das famílias, ampliando assim, o seu poder de regulação, controle social e governabilidade das pessoas. Além disso, o arranjo deste

modelo específico da instituição família recebe aprovação, legitimação e apoio social econômico, cultural e político, retórico e material, implícito e explícito: a família nuclear, burguesa, heterossexual, patriarcal, patrilinear. Essa forma específica de família passa a ser identificada com a instituição e se torna ‘a’ instituição, com a consequente exclusão das demais formas (CARVALHO, 2014, p. 155).

Esta visível ilegitimidade social de outros arranjos familiares subjaz um falso moralismo expresso em práticas discursivas acaloradas em que exprimem o preconceito, o machismo, a misoginia e o patriarcado imposto pelo modelo hegemônico de família, ocasionando assim que muitas “estruturas familiares alternativas não recebem aprovação social, inclusive na produção cultural (publicidade, TV, cinema), embora se ensaiem algumas mudanças no sentido de sua inclusão” (CARVALHO, 2014, p. 155).

Entretanto, é importante ressaltar que historicamente, houve fissuras neste modelo específico moralmente e socialmente imposto, coexistindo novas configurações na composição de seus membros, sobretudo mediante alguns marcos sociais importantes, como o êxodo rural, a emergência do divórcio

assegurado pelo poder civil, as consequências tardias da revolução industrial, conquistas dos direitos feministas, consequências do capitalismo, entre outras questões. Muitas famílias não passaram a contar com a presença física de componentes considerados no imaginário social como nucleares, a saber, a figura do progenitor biológico do sexo masculino e da progenitora biológica do sexo feminino durante o convívio cotidiano.

Em nossa experiência no magistério público de educação básica, quando desempenhamos a função de diretor de Unidade Escolar no ano de 2008, de um total de 635 alunos matriculados no Ensino Fundamental, 385 não viviam em suas residências com a figura do pai e mãe biológicos e mais de 400 alunas e alunos constava apenas com a assinatura da mãe, avó ou irmão/ã mais velho/a em sua ficha de matrícula, arquivada na secretaria da unidade de ensino³.

Podemos afirmar que atualmente muitas famílias vivenciam situações diferenciadas na estruturação de seus membros, como por exemplo: há famílias com ausência de pai e famílias formadas apenas pela mãe ou pai, além de outros casos em que os filhos são criados pelos avós, parentes ou pais adotivos.

O cenário familiar, sobretudo no ambiente urbano, mudou nos dias de hoje porque ambos os pais trabalham fora, antigamente, as mães ficavam em casa para cuidar de seus filhos. Hoje, como uma das consequências da tentativa de equalização de gênero e necessidade de complementar a renda familiar e/ou questões de emancipação feminina (questões de qualificação

³ Dados de uma pesquisa informal de quando exerci a função de Diretor da Unidade Escolar da rede estadual de ensino denominada Custódia da Silva Pedreira, localizada em região periférica no município de Porto Nacional - TO (novembro de 2005 a fevereiro de 2010), escola atualmente extinta pela gestão estadual anterior.

profissional com grau de escolaridade)⁴, tanto o pai como a mãe trabalham fora.

Dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 mostram que o modelo de família a que insistem chamar de “tradicional”, não é maioria no Brasil, pois representa 49,9% do total. Os casamentos no civil e no religioso caíram de 49,4% para 42,9%. Os divórcios quase dobraram no período de dez anos: de 1,7% para 3,1%. Os índices demonstram as mulheres assumindo a maternidade mais tarde e de maneira reduzida, houve um aumento dos casais sem filhos, de 15% para 20,2%, do total. Dos 27,4 milhões de casais com filhos, 16,3% vive com enteados. A mulher também assume cada vez mais o papel de responsável pela família, os dados crescem de 22,2% em 2000, para 37,3% em 2010, sendo que a maioria são mulheres que criam sozinhas seus filhos. As famílias com arranjos diversos já somam 50,1%. (BRASIL, 2012).

Dentre essa diversidade de arranjos familiares existentes, destacamos o rompimento do “modelo hegemônico de família calcado na heteronormatividade” (CARVALHO, 2014, p. 157). Assim, há os lares compostos por pais gays ou lésbicas que buscam oficializar a união homoafetiva⁵ e famílias com produção independente das mães ou o pai que cria os filhos sozinhos. Há os casais separados que a guarda tutelar fica apenas com a mãe ou com o pai.

⁴ Ressaltamos que pesquisas recentes reconfirmam que o grau de escolaridade é mais alto entre as mulheres do que em homens, o que nem sempre se equaliza em termos de quantitativo de valores salariais.

⁵ O Supremo Tribunal Federal, a corte constitucional do país, reconheceu às uniões homoafetivas, na data de 05/05/2011, o status de entidade familiar, estendendo a estas relações a mesma proteção destinada à união estável prevista no artigo 226, § 3º, da Constituição Federal (CF), e no artigo 1723, do Código Civil brasileiro. Disponível em <http://jus.com.br/artigos/20380/consequencias-de-direito-apos-o-reconhecimento-da-uniao-estavel-homoafetiva-pelo-supremo-tribunal-federal#ixzz3UjtqY9Dt> Acesso em 18 de março de 2015.

Ressaltamos ainda nestas configurações familiares os casais inférteis que decidem pela reprodução humana assistida em laboratórios.

O Brasil tem mais de 60 mil casais homossexuais, segundo dados do Censo Demográfico de 2010⁶. Essa foi a primeira edição do recenseamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a contabilizar a população residente com cônjuges do mesmo sexo. Ainda de acordo com os resultados preliminares, 37.487.115 casais são formados por pessoas de sexo oposto.

Em números absolutos, a região com mais casais homossexuais é o Sudeste, que abriga 32.202 casais, seguida pelo Nordeste, com 12.196 casais. O Norte tem o menor número de casais do mesmo sexo: 3.429, seguido do Centro-Oeste, com 4.141. A Região Sul tem pouco mais de 8 mil casais homossexuais. Entre os estados, São Paulo é o que tem a maior quantidade de casais homossexuais (16.872) e Roraima é o que tem menos, com apenas 96 casais que se declararam homossexuais.

Vale ressaltar que esses dados revelam somente os casais que declararam a união homoafetiva no questionário do Censo 2010, o que significa dizer que o número real é bem maior. Há muitos que são casados e não assumiram o relacionamento amoroso durante a entrevista do recenseamento, talvez por vergonha, inibição ou quaisquer outras questões ocasionadas pela homofobia ainda muito latente em nosso país, preferindo ficar no preâmbulo das homosociabilidades.

⁶ O estudo completo, dividido em duas publicações, Censo Demográfico 2010: famílias e domicílios e Censo Demográfico 2010: nupcialidade, fecundidade e migração, pode ser acessado na página www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm.

DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n4p833>

Notamos, portanto, que o conceito de família atualmente é amplo, não se restringindo apenas a vínculos biológicos, mas, sobretudo aos enlaces inter-afetivos de amor, respeito, cuidado e atenção. Tal concepção ampla e inclusiva demonstra, inclusive que "a Constituição Federal (1988) não faz a menor diferenciação" entre casais heterossexuais e homoafetivos:

A Constituição Federal não faz a menor diferenciação entre a família formalmente constituída e aquela existente ao rés dos fatos. Como também não distingue entre a família que se forma por sujeitos heteroafetivos e a que se constitui por pessoas de inclinação homoafetiva. Por isso que, sem nenhuma ginástica mental ou alquimia interpretativa, dá para compreender que a nossa Magna Carta não emprestou ao substantivo "família" nenhum significado ortodoxo ou da própria técnica jurídica. (...)

7

Notamos, portanto, que há "novas" configurações familiares em contraponto às concepções tradicionalmente biológicas ou religiosas, pois estas últimas representam uma visão reducionista excluindo não apenas a união homoafetiva, mas também, por exemplo, uma mãe que tem filhos de pais diferentes, famílias com filhos adotados, entre outros arranjos familiares visibilizados na contemporaneidade. Concordamos que "no que se refere à família, não há receitas prontas de sucesso, tampouco modelos específicos de educação" (CHALITA, 2008, p. 165).

Diante disso, é importante que a pessoa com senso crítico-reflexivo, sobretudo profissionais da educação ou demais agentes de serviços psicossociais, atentem-se para não reproduzir práticas discursivas

⁷ Trecho extraído da decisão inédita do Supremo Tribunal Federal/STF, proferido pela ministra Carmen Lúcia, reconhecendo o direito a adoção a casais homoafetivos. A decisão foi assinada no dia 5 e publicada em 17/03/2015). Disponível em <http://www.ebc.com.br/noticias/2015/03/ministra-do-stf-reconhece-adocao-de-crianca-por-casal-homoafetivo> Acesso em 20 de março de 2015.

preconceituosas ou infundadas a respeito das configurações familiares que se tornam mais notórias na contemporaneidade. Notamos que é comum a escola atribuir a indisciplina ou baixo rendimento dos alunos ao famoso discurso de desestruturação familiar. Neste aspecto, cabe a inquietante interrogação: O que seria uma família estruturada? E ainda: "Será que não há um tanto de racismo, de preconceito social e cultural, de heteronormatividade, de sexismo e de machismo quando classificamos algumas famílias como *desestruturadas*?" (BORTOLINI et al, 2014, p. 65).

Nesse sentido, a escola, nas abordagens das "ciências humanas", não pode negar, silenciar a diversidade existente nas identidades e configurações familiares que se emergem cada vez mais na sociedade atual, como considera Luiz Mello, Miriam Pillar Grossi e Anna Paula Uziel:

Vivemos um momento histórico em que é indiscutível a aceitação social do divórcio, do recasamento, da maternidade e da paternidade solteiras, da monoparentalidade, da não-coabitação de cônjuges, do casal sem filhos, da adoção, do casal inter-racial (e de diferentes classes sociais, religiões, idades, compleições corporais, hábitos, tradições etc). Neste cenário, gays e lésbicas aparecem como potenciais candidatos a pais e a mães e permitem ampliar os modelos tradicionais de família no que se refere à composição sexual e de gênero do casal responsável pela socialização das crianças. Assim, no mundo ocidental, homossexualidade e parentalidade começam a deixar de ser termos considerados excludentes (MELLO et al, 2009, p. 176).

Neste cenário contemporâneo em que as fronteiras geográficas, de gênero, de raça e de cultura se coadunam, consideramos que "independentemente de sua configuração, a família nunca deixará de ser a referência mais importante para o indivíduo" (CHALITA, 2008, p. 166), por isso defendemos que o amor, o acolhimento no seio familiar é fundamental para o desenvolvimento integral do sujeito, independente de arranjos das uniões.

Nesse sentido, estas “novas” configurações ratificam os estudos culturais pós-estruturalistas e anti essencialistas de que não somos apenas seres biológicos, reféns das cavernas pré-históricas, mas seres mutáveis, sociáveis, ‘construídos’ historicamente com a concepção de família que abarcam valores/sentimentos e não apenas vínculos orgânicos.

Mediante tais considerações, nosso olhar se volta para uma releitura de uma obra da literatura infantil contemporânea para analisar a composição familiar, bem como a representação do protagonista-narrador: uma criança que vivencia a reconfiguração de uma família heteronormativa e passa a integrar um ambiente em que um casal homoafetivo assume a sua paternidade.

Reconfiguração familiar em *Meus dois pais*, Walcyr Carrasco (2010)

A narrativa *Meus dois pais*, de Walcyr Carrasco, ilustração de Lauretn Cardon (2010) promove a cena de uma configuração familiar “diferente”: o menino Naldo é o narrador em 1ª pessoa sobre os conflitos presenciados na convivência no lar pelos seus pais biológicos, a incompatibilidade entre ambos, o que desencadeou na separação de seus progenitores.

A obra é contada com frases curtas, uma textura de papel agradável no toque e no manuseio, apresentando requisitos importantes para validar o primeiro espaço da literatura infantil na sala de aula das séries iniciais do Ensino Fundamental. A obra coaduna-se com o que Rildo Cosson (2010, p. 59) sugere como características importantes para uma atividade pedagógica com um exemplar de literatura infantil:

O livro tem um formato grande, favorecendo seu manuseio quer pelas crianças, quer pela professora tento as crianças

DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n4p833>

próximas a si. As ilustrações ocupam páginas inteiras, com o texto de duas ou três linhas disposto ao lado (...) o corpo das letras é grande (...).

A incompatibilidade do casal heterossexual (pais do narrador) que desencadeava o conflito constante de relacionamento interpessoal entre marido e esposa nos remete à possível *epistemologia do armário*, ao *covering* ou discriminação disfarçada⁸ (compreendidos aqui como uma espécie de acobertamento ou um disfarce) em que muitos indivíduos recorrem-se a fim de “trancarem os seus desejos íntimos no armário”, disfarçarem ou mesmo acobertarem suas vontades eróticas e suas performances pessoais em ambientes sociais a fim de se adequarem ao que preconiza a lógica heteronormativa:

Comumente, em nossa sociedade, muitos sujeitos do sexo masculino – principalmente -, por questões diversas, se mantém no armário, estabelecendo vínculos afetivos e sexuais com mulheres e, até mesmo, constituindo família para serem aceitos pela sociedade, mas chega um momento em que esse armário se quebra, um momento no qual esses sujeitos resolvem assumir suas identidades sexuais e de gênero, provocando, de certa forma, fissuras e fossos que precisam ser superados em decorrência do desvelamento de um segredo (CAMARGO, 2013, p. 21).

Após a separação dos pais biológicos, Naldo passou morar apenas com a mãe e ele apresenta na página 6 uma espécie de reflexão justificando a diversidade de famílias existentes atualmente, tomando como parâmetro os seus colegas da escola, os quais muitos vivem com pais separados.

⁸ Tal fato se incide devido a discriminação mais velada, situada no âmbito da linguagem verbal em vez da agressão física que impera atualmente em nossa sociedade, devido a evolução do reconhecimento dos direitos civis, sobretudo a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), entretanto este princípio de disfarce que somos todos iguais fere os ideais dos direitos da diferença ou diversidade humana.

DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n4p833>

A reflexão consciente de Naldo propicia-nos uma possível intertextualidade com outro livro contemporâneo de literatura brasileira infantil, denominado *Cada família é de um jeito*, de Aline Abreu (2007). A obra apresenta, poeticamente, de maneira ilustrada e simples as variadas famílias, que nem sempre são compostas de pai, mãe e irmão:

Família, não tem duas iguais.

(...)

Tem família com um pai e uma mãe que não se entendem como parentes.

Nesse caso eles moram em casas diferentes.

E por aí vai... tem família só com mãe ou só com pai (ABREU, 2007, p. 4, 5).

Diante desse arranjo familiar estipulado e “permitido” pela heteronormatividade social, comum na atualidade, o narrador Naldo o compreende e lida naturalmente com a questão, justificando, assim, a separação dos pais e não concordando com a atitude de sua avó materna que se apavora logo depois da separação.

No desenvolvimento da narrativa, Naldo passa os finais de semana com o pai e, geralmente, se depara com o pai desastroso na culinária, situação que é facilmente contornada com a introdução de um novo personagem que posteriormente passa a dividir o mesmo lar paterno: o advogado Celso, amante de seu pai e que se destaca pela habilidade de cozinhar muito bem.

Os fatos começam a tomar novos rumos quando a mãe de Naldo foi convidada para trabalhar em outro estado como gerente de vendas de uma

grande empresa de produtos de beleza, ocasionando aumento de salário e muitas outras vantagens profissionais.

Diante da dificuldade de acomodação ou adaptação do filho na outra cidade, possibilidade de mudança de escola, a guarda de Naldo passou a ser negociada entre o seu pai e sua avó materna, a qual foi decidida, após alguns diálogos tensos, que ele ficaria com o seu progenitor.

O diálogo entre Naldo e sua mãe no dia da mudança reforça a dúvida e inquietação em relação ao menino morar com o seu pai e o companheiro Celso:

- Você vai morar com o seu pai, pelo menos por enquanto. Qualquer coisa, você me telefona.

Ficou muda por um instante. Depois disse, explicando sem explicar:

- Não se deixe influenciar, porque seu pai tem uma vida muito diferente da nossa. Lembre: o importante é que ele adora você!

Fiquei doido de curiosidade. Qual seria o segredo do papai? (CARRASCO, 2010, p. 16).

Na página seguinte, a dúvida e/ou o segredo a respeito do pai volta ser enfatizado, aguçando a curiosidade da imaginação do narrador infantil:

Mais tarde, ele veio me buscar. O clima estava meio estranho. A mamãe se despediu com beijos. Parecia querer dizer alguma coisa. Mas o papai já estava subindo. Ela insistiu:

- Não esqueça de telefonar sempre. Principalmente de quiser conversar sobre alguma coisa. Ou sobre o seu pai.

Fiquei mais curioso ainda.

O que havia para descobrir sobre o papai? (CARRASCO, 2010, p. 17).

A homoafetividade emerge aqui como o terrível “princípio do segredo” (FOUCAULT, 1988), o “amor que não ousa dizer o nome” (Oscar Wilde in: SPENCER, 1999), o discurso implícito que deixa pistas para a mente inteligente aguçar a curiosidade, típica da imaginação infantil fértil, ocasionando muitas vezes, interpretações errôneas ou solidificação de conceitos equivocados. Tal atitude reforça o imaginário comum de que as crianças são seres frágeis, indefesos, desprovidos de maturidade cônica para compreender problemáticas de conflitos íntimos de dimensão da diversidade humana.

Além disso, reforça também no imaginário sociocultural empírico sobre a cultura ocidental de “(...) nossa sexualidade contida, muda, hipócrita (...) e em torno do sexo, se cala” (FOUCAULT, 1988, p. 9). Tal fato promove a refletirmos que “não só a homossexualidade, sozinha e isolada, é pouco conhecida, discutida. A sexualidade, em todas as suas expressões também” (VIANA, 2010, p. 61).

Estas práticas discursivas de subjetivação reforçam a “heteronormatividade compulsória” e funcionam como “tecnologias de poder” que funcionam na construção de corpos que passam a acreditar na suposta naturalização de que “o casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo” (FOUCAULT, 1988, p. 9, 10).

Além disso, podemos reiterar que este princípio do segredo reforça o silenciamento a respeito do desejo homoerótico, enquanto técnica sutil de

disciplinarização dos corpos desde crianças, visando assim, desde idades tenras, o controle, a vigilância da sexualidade humana nos pressupostos de que

O que não é regulado para a geração e por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. Não somente não existe, como não deve existir e à menor manifestação fá-lo-ão desaparecer – sejam atos ou palavras. As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interdita-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado. (...) Porém, forçada a algumas concessões. Se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutro lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, senão nos circuitos da produção, pelo menos nos do lucro (FOUCAULT, 1988, p. 10).

Mediante a aplicação dessas técnicas de vigilância, controle e, se necessário, punição dos corpos, estruturadas no discurso não-verbal produz-se corpos dóceis, úteis aos sistemas sociais vigentes, passíveis de serem moldados, manipulados pela classe dominante que detém o poder.

No desenvolvimento narrativo do enredo de Naldo, ele vive agora no novo lar, composto pela tríade: ele, o pai e Celso. A mãe, distante, prossegue uma rotina acelerada de trabalho e novos amores, porém comunicando-se com o filho. Tudo transcorre na normalidade, com exceção de questionamentos inoportunos da avó materna e de membros da escola na qual Naldo estuda. O narrador relata intimamente com suas dúvidas em torno do segredo que gira em torno de seu pai que aumentam os comentários após uma reunião da Associação de Pais e Mestres, onde o pai de Naldo comparece na companhia de Celso e se mostram curiosos para saber sobre a vida escolar do filho.

DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n4p833>

Certo dia, mediante um diálogo com o seu coleguinha Paulo e Fê, Naldo insiste em saber o porquê da recusa em fazer um trabalho de grupo em sua casa. De forma direta e inusitada, Naldo recebe o esclarecimento a respeito do “segredo” do pai, o que o deixa totalmente transtornado:

- A minha mãe me proibiu de ir no seu apartamento – disse o Fê.

Fiquei chateado. Quis saber o motivo.

- É por causa do seu pai.

O Fê se afastou sem querer falar muito. Fui atrás.

- O que o meu pai tem de errado?

Os dois ficaram sem jeito, até que o Fê disparou:

- Seu pai é gay, Naldo! (CARRASCO, 2010, p. 21).

A notícia inesperada foi como se o narrador “estivesse no meio de um terremoto”, fazendo-o lembrar todas as cenas naturalizadas de injúria e homofobia que ele havia presenciado contra pessoas que apresentavam desvios da orientação heterossexual. O interessante é que o desencadeamento desse “segredo” (orientação sexual do pai) parte do privado para o social, incitado, a princípio pela mãe, reforçado pela avó materna até chegar ao âmbito social do ambiente escolar.

No processo de constituição da personalidade do indivíduo, notamos a influência do social ao moldar as identidades, sobretudo quando se trata de crianças. Desta forma, concordamos que o perfil psicológico do indivíduo é construído pelo entorno social, afinal, “o homem é um ser biológico ao mesmo tempo em que é um indivíduo social” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 43).

Partindo dessa premissa, é importante mencionar que o aspecto social destaca em muitos casos, pois

A condição do sujeito individual se define somente dentro do tecido social em que o homem vive, no qual os processos de subjetividade individual são um momento da subjetividade de social, momentos que se constituem de forma recíproca sem que um se dilua no outro, e que têm de ser compreendidos em sua dinâmica processual permanente (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 206).

Desta maneira, podemos afirmar que o outro nos constitui: a identidade se constitui na alteridade, ou seja, os valores veiculados pela cultura social e local influenciam significativamente na constituição daquilo que nos tornamos individualmente. A constituição da identidade, portanto, não se restringe apenas à influência do privado, mas com uma complementaridade significativa do público-social e das idiosincrasias de cada indivíduo⁹.

Desta maneira, a homofobia, compreendida como conceito amplo da expressão da injúria e da violência contra qualquer forma de expressão da diversidade sexual que não a heterossexualidade é naturalizada no imaginário coletivo de "uma dimensão pessoal de natureza afetiva, que se manifesta pela rejeição aos homossexuais, e uma dimensão cultural de natureza cognitiva, na qual o objeto da rejeição não é o indivíduo homossexual, mas a homossexualidade como fenômeno psicológico e social" (BORRILLO, 2009, p. 19). Exatamente por isso, o mundo da injúria é lançado sobre aqueles diferentes da 'heterossexualidade compulsória', tornando-os inferiores ou corpos abjetos, alvos de discursos pejorativos de desqualificação e inferiorização:

⁹ Nesse sentido, defendemos que o cogito "**O importante não é aquilo que fazem de nós, mas o que nós mesmos fazemos do que os outros fizeram de nós.**" Jean-Paul Sartre representa a necessidade do indivíduo construir-se como sujeito, formando sua identidade mediante aquilo que ele pode absorver da opinião alheia em complementaridade com suas idiosincrasias nesse processo constitutivo do eu.

DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n4p833>

A injúria é um ato de linguagem – ou uma série de atos de linguagens – pelo qual um lugar particular é atribuído no mundo àquele que dela é destinatário. Essa atribuição determina um ponto de vista sobre o mundo, uma percepção particular. A injúria produz efeitos profundos na consciência de um indivíduo pelo que ela diz a ele: “Eu te assimilo a”, “Eu te reduzo a”. A injúria é um enunciado performativo: ela tem por função produzir efeitos e principalmente instituir, ou perpetuar, o corte entre os normais e aqueles que Goffmann chama de “estigmatizados”, fazendo esse corte entrar na cabeça dos indivíduos. A injúria me diz o que sou na medida em que me faz ser o que sou (ERIBON, 2008, p. 29).

Humilhado, desolado, sentindo-se desqualificado e inferiorizado por ser filho de uma pessoa de imagem estereotipada que é alvo desse mundo de injúrias, o narrador-personagem Naldo rompe o relacionamento com o pai, culpa o seu companheiro Celso por estimular a prática de tal orientação sexual e recusa-se a dialogar sobre o assunto. Na página 25 da narrativa infantil em questão, a ilustração nos apresenta o retrato de um corpo marcado confirmando que no processo de injúrias e difamação,

o íntimo que é visado, o mais profundo do ser, o que toda a tradição espiritualista chamou de “alma”. E, se a injúria efetivamente recebida provoca um eco tão forte na consciência daquele que a recebe, é porque essa “alma” foi fabricada pela socialização num mundo de injúrias e de inferiorização (ERIBON, 2008, p. 86).

Notamos na ilustração marcada pelo jogo de sombra e luz, a solidão em que o personagem-narrador mirim se encontra, porém um feixe de luz o ilumina e nesta claridade aparece uma sombra, o que somando à interpretação do enredo em questão pode representar o papel da mediação (figura materna) que intermediará no ambiente privado a construção cônica de suas próprias

opiniões em contraponto com as opiniões do entorno social, obtidas mediante as relações interpessoais. Isso reforça a teoria de Vygotsky (2007) a respeito da zona de desenvolvimento proximal (ZDP).

Naldo agora se encontra novamente na casa de sua avó materna, devido à proximidade de seu aniversário, a sua mãe o visita e empreende um diálogo saudável com o filho sobre o rompimento dele com o pai devido o relacionamento homoafetivo com o Celso e explica-lhe que as pessoas são diferentes, que ela, na época, hesitou temendo o sofrimento do filho, mas conclui que ele é o seu pai que o ama e ainda enfatiza a existência de várias pessoas que “amam seus iguais. E têm relacionamentos tão bonitos como os entre um homem e uma mulher, que são mais comuns” (CARRASCO, 2010, p. 30). Ainda na sequência dialógica, a mãe de Naldo menciona o preconceito que paira a respeito da homossexualidade, tenta sensibilizar o filho a refletir sobre as injúrias lançadas sobre o seu pai, tentando resgatar-lhe o caráter e sua dignidade e, conclui dizendo:

- Ainda tem muita gente preconceituosa, Naldo. Mas será que é certo caçoar de alguém por que parece diferente? Você tem sorte, meu filho!

- Sorte?

- Seu pai é um homem corajoso. Soube assumir seus próprios sentimentos (CARRASCO, 2010, p. 32).

Naldo expõe suas dúvidas para a mãe, a qual o ajuda a questioná-las em um processo reflexivo. Uma das grandes dúvidas que o atormentava era se ele fosse morar com eles, tornaria adepto das práticas homossexuais praticadas por ambos. Os argumentos simples da resposta propositiva da mãe demonstrou um importante papel de mediação na formação de uma mentalidade cônica e

crítica de uma criança em dúvida em seu processo identitário: “- Naldo, pense bem. Seu pai foi criado por um casal formado por um homem e uma mulher. A maioria dos gays veio de lares tradicionais. Seja qual for o seu caminho, nunca tenha medo. Seja feliz, é isso que importa” (CARRASCO, 2010, p. 33).

Neste momento da narrativa, podemos notar a importância e a diferença do processo de mediação no ambiente privado e doméstico na formação da identidade de uma criança em relação ao mundo de injúrias lançadas pelo entorno social. De um lado, temos a avó materna que reforça o preconceito social e de outro, a progenitora que promove uma ação dialógica, levando o filho a refletir sobre as posturas assumidas e tomar uma decisão cônica, baseando-se, sobretudo, nos importantes vínculos afetivos consolidados em experiências vivenciadas anteriormente.

Tal diálogo provocou em Naldo um turbilhão de dúvidas, refletindo sobre o carinho do pai e de Celso e contrapondo o discurso da mãe com os comentários preconceituosos da avó e nas fofocas disseminadas na escola. Esses discursos contraditórios provocavam uma confusão em sua cabeça e exigia-lhe uma tomada de decisão autônoma.

No dia seguinte, estava um alvoroço em torno de Naldo porque era o dia de seu aniversário. Muitos coleguinhas foram convidados e marcavam presença, tudo estava perfeito, porém chegou a hora dos parabéns e, para a decepção de todos, faltava algo indispensável: o bolo de aniversário!

De repente, todos olharam para a porta e notaram a entrada apressada do pai de Naldo, seguido de Celso com um enorme pacote nas mãos, emitindo a seguinte justificativa: “- Desculpem, só ficou pronto agora”. (CARRASCO, 2010, p. 34).

Ao desembulhar o pacote, Naldo deparou-se com um incrível bolo de aniversário, confeccionado e confeitado com raspas de chocolate. No meio do bolo, "escrito com glacê branco, "Parabéns, Naldo" (CARRASCO, 2010, p. 34).

Os convidados se entreolhavam, espantados, enquanto o pai do aniversariante o abraçou desejando-lhe feliz aniversário e a reação inesperada de Naldo veio no momento de dedicar a primeira fatia de bolo para um dos presentes. Ele direcionou-se para o Celso e disse: "- Você também é meu pai" (CARRASCO, 2010, p. 35).

A festa de aniversário (simbologia da celebração da vida) e a narrativa terminam em clima de emoção dos dois pais, das pessoas presentes e, principalmente, com a descoberta íntima do narrador infantil de que o mais importante era (é) dispor de uma família que cuida, o acolhe e o ama.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Literatura Infantil Contemporânea apresenta obras importantes, como o exemplo da narrativa Meus dois pais, de Walcy Carrasco (2010) que, embora escrita por adulto, é totalmente voltada para o universo infantil dialogando com demandas e conflitos reais que podem ocorrer em qualquer (re)configuração familiar.

Tal Literatura Infantil que vincula o ético ao estético desde a mais tenra idade consegue desconstruir o imaginário empírico eivado de preconceitos/ estereótipos, romper com a homofobia e ainda contribuir para se pensar a composição de uma sociedade mais humana e, acima de tudo, pautada no amor mútuo entre as pessoas que convivem e dividem o espaço.

Referências

- ABREU, A. **Cada família é de um jeito**. São Paulo: DCL, 2007.
- ARIÈS, P; DUBY, G. **História da vida privada**: da primeira guerra aos nossos dias. V. 5. São Paulo: Companhia de bolso, 2009.
- BORILLO, D. A Homofobia. In: DINIZ, D, LIONÇO, T. (org.). **Homofobia & Educação**: um desafio ao silêncio. Brasília, DF: Letras Livres: EdUnB, 2009.
- BORTOLINI, A. et al. **Trabalhando a Diversidade Sexual e Gênero na Escola**: Currículo e Prática Pedagógica. UFRJ: Rio de Janeiro, 2014.
- CAMARGO, F. P. Novas configurações familiares na literatura brasileira infantil e juvenil: leitura de *Meus dois pais*, de Walcyr Carrasco, e de *Olívia tem dois papais*, de Márcia Leite. In: ROCHA FILHO, U; SILVA, A. M. da. **Travessias Literárias** – olhares sobre a cultura e a identidade. Goiânia: Gráfica América, 2013.
- CARRASCO, Walcyr. **Meus dois pais**. São Paulo: Ática, 2010.
- CARVALHO, M. E. P. de. Família, escola e heteronormatividade: algumas reflexões. In: SILVA, A. de P. D. da. et al. (org.). **Artimanhas do Desejo** – Ensaio de literatura, psicologia, linguagens. São Paulo: Scortecci, 2014.
- CHALITA, G. **Pedagogia da Amizade** – *Bullying*. o sofrimento das vítimas e dos agressores. São Paulo: Editora Gente, 2008.
- CAPARRÓS, M. J. **Manual de Trabajo Social** – modelos de prática profissional, Alicante, Editora Aguaciara, 1998.
- COSSON, R. O espaço da literatura na sala de aula. In: BRASIL. **Literatura**: ensino fundamental. Coord. Aparecida Paiva, Francisca Maciel e Rildo Cosson. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2010.

DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n4p833>

CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
Acesso em 13 de dezembro de 2017.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948). Disponível em http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf Acesso em 13 de dezembro de 2017.

DIAS, M. B. **Manual de Direito de Família.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GONZÁLEZ REY, F. **Sujeito e subjetividade:** uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Thomson Learning, 2003.

LÉVI-STRAUSS, C. Natureza e cultura. In: **As estruturas elementares do parentesco.** Petrópolis: Vozes, 1982.

MELLO, L; GROSSI, M; UZIEL, A. P. A escola e @s filhos de lésbicas e gays: reflexões sobre conjugalidade e parentalidade no Brasil. In: JUNQUEIRA, R. DINIZ, J. (Org.). **Diversidade sexual na educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

SPENCER, C. **Homossexualidade:** uma história. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999.

VIANA, F. **O armário:** vida e pensamento do desejo proibido. 3ª ed. Ver. e ampliada. Blumenau: Ed. do autor, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação social da mente.** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.